

Política

CONSTITUINTE

SAEM AS 11 EMENDAS DO CENTRÃO

O Centrão divulgou ontem as 11 emendas que irá apresentar ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. As emendas alteram substancialmente o projeto, especialmente nos títulos referentes à Ordem Econômica e Financeira e à Ordem Social, segundo assessores da coordenação do Centrão.

Abaixo as principais diferenças entre os dois textos, com relação à definição de empresa nacional, participação do capital estrangeiro, intervenção do Estado na economia, prestação de serviços públicos, recursos minerais, reforma agrária e estabilidade no emprego.

Empresa nacional

O projeto da Comissão de Sistematização define empresa nacional como a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno. Define ainda que a lei instituirá programas destinados a fortalecer o capital nacional e melhorar suas condições de competitividade interna e internacional, mediante: incentivos e benefícios fiscais e creditícios diferenciados; proteção especial às atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico; tratamento preferencial pelo poder público, na aquisição de bens e serviços.

O Centrão transfere à lei ordinária a definição brasileira de empresa nacional e propõe a ela proteção e benefícios especiais, temporários, para desenvolver atividades consideradas estratégicas à defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento tecnológico do País. A emenda do Centrão define como empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração.

Capital estrangeiro

A Comissão de Sistematização considera empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencha os requisitos definidos para a empresa nacional. Os investimentos do capital estrangeiro serão admitidos exclusivamente no interesse nacional e disciplinados na forma da lei.

Os investimentos de capital estrangeiro, pela proposta do Centrão, poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais.

Quanto aos lucros do capital estrangeiro, os dois textos são idênticos e definem que a lei disporá sobre eles, favorecendo seu reinvestimento no País e regulando sua remessa para o Exterior.

Estado na economia

A proposta do Centrão impõe maiores restrições à exploração direta pelo Estado de atividade econômica. E enquanto o projeto da Comissão de Sistematização prevê o monopólio estatal de atividade produtiva, o do Centrão nem sequer o menciona.

O texto da Sistematização determina que o Estado organize a atividade garimpeira em cooperativas e o do Centrão o modifica com a frase: "sempre que possível em cooperativas". A Sistematização dá aos garimpeiros prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra nas áreas onde já estejam atuando. O Centrão concede às cooperativas o mesmo direito, desde que "satisfeitos os requisitos técnicos e econômicos".

A Comissão de Sistematização também prevê o estabelecimento em lei de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, enquanto o Centrão não faz menção a planejamento do desenvolvimento nacional.

Serviços públicos

A proposta do Centrão retira do texto da Sistematização a definição de que cabe ao Estado a prestação de serviços públicos. O texto do Centrão não prevê a atuação direta do Estado na prestação desses serviços, prevendo apenas, assim como a Sistematização, a autorização, permissão ou concessão para a sua prestação por outras empresas.

Recursos minerais

A Comissão de Sistematização estabelece que as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem à União. Mas o Centrão não reconhece a propriedade da União.

Reforma agrária

Ambos os textos prevêm a reforma agrária, assim como atribuem à propriedade rural função social. A proposta do Centrão estabelece que a desapropriação para fins de reforma agrária será precedida de processo administrativo, fundamentado em vistoria do imóvel, com a participação do proprietário ou de seu representante. E institui a necessidade de haver um plano e um orçamento de assentamento pela autoridade competente, para que possa haver a desapropriação. Acrescenta entre os imóveis insuscetíveis de desapropriação a parte produtiva da propriedade.

Estabilidade no emprego

O Centrão propõe a estabilidade no emprego após 12 meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos

Nada de polêmicas, o recado de Quéricia.

O governador Orestes Quéricia evitou ontem criar polêmica em torno das decisões tomadas pelos chamados "históricos" do PMDB, no último sábado. Mas não deixou de mandar seu recado ao comentar a possível convocação do diretório nacional do partido para o dia 3 de fevereiro, como querem os "históricos":

— Quem estiver querendo criar problemas, procrastinar a votação da Constituinte, está querendo também prejudicar o País.

Quéricia elegeu o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, como o principal negociador político diante das articulações dos "históricos". Para negociar questões como a convocação do diretório nacional — que quer discutir um possível rompimento com Sarney entre outros assuntos — Ulysses Guimarães teria até mesmo o apoio de todos os governadores, segundo Quéricia.

— Política é uma questão de negociação. O debate é importante. Mas o presidente Ulysses Guimarães tem a responsabilidade de conduzir o processo para não prejudicar a Constituinte. Ele deve conduzir o processo, acho que inclusive com o apoio de todos os governadores, evitando que se atropela a Constituição.

Em vez de falar sobre política partidária, Quéricia preferiu falar em obras. Recebido com faixas e fogos, Quéricia dessa vez foi lançado candidato a presidente apenas pelo deputado Néfi Tales perante aproximadamente quatro mil pessoas que se concentravam no ginásio de esportes do clube. A maioria das pessoas, agrupadas em associações de moradores e favelados, foi trazida ao clube pelas dezenas de ônibus providenciados, segundo diziam, pela Secretaria de Ação Comunitária.

Cautela

Quéricia repetiu várias vezes que foi eleito "graças aos pobres", prometeu que, em seu governo, a rede de esgoto passaria de 50% para 75% na cidade; enumerou obras administrativas que foram tema de sua campanha ao governo do Estado, mas negou novamente que tivesse qualquer intenção



Quéricia em Itaquera: clima de campanha.

de disputar a presidência da República. Em cima de um palanque, no meio do som e sambadeador de uma bateria de escola de samba tendo atrás de um painel eletrônico onde piscava alternadamente seu nome e de seu secretário de Obras, João Oswaldo Leiva, Quéricia desconversou quando lhe perguntaram sobre sua candidatura.

— Quem organizou a festa foi o Leiva — disse, quando lhe lembraram o contraste entre as festas que organizava para anunciar o início de obras e suas negativas em disputar a sucessão presidencial.

Entretanto, Quéricia negou enfaticamente qualquer intenção de concorrer à sucessão do presidente Sarney, quando perguntaram se era favorável à possibilidade de os governadores se licenciarem para disputar eleições e depois reassumirem o cargo, se derrotados. "É preciso que haja

maior liberalidade nessa legislação. Nos Estados Unidos isso é possível. Mas ser a favor não significa que eu seja candidato à Presidência da República. Eu não sou."

Tanto no ginásio de esportes do clube da Penha como num pequeno palanque em Itaquera, onde anunciou a construção de uma delegacia, o governador fez questão de prestigiar seu secretário de Obras, João Oswaldo Leiva, apontado como o nome de sua preferência para disputar a prefeitura de São Paulo. "O secretário de Obras é o grande sustentáculo do nosso governo", disse, encerrando seu discurso.

Quéricia evitou desgastar-se com os "históricos", e apresentou o PMDB e a Constituinte como a saída para todas as divergências atuais dentro do partido. "Essas questões de divergências entre Centrão e Centrão se resolvem em alguns dias, porque a população inteira quer que se apronte a Constituição. Os parlamentares estão conscientes disso."

Mas, e a decisão tomada pelos "históricos" de convocar o diretório nacional? E a declaração do senador Mário Covas de que o candidato do PMDB à sucessão deve ser contra o governo e não a favor? Para qualquer questão do gênero, Quéricia deu a mesma resposta: "Cada um tem o direito de ter sua opinião. O partido depois é que irá decidir. Aquilo que o partido decidir, todos nós seguiremos", afirmou. Sobre Covas, ele acrescentou ainda que era "um grande companheiro". Em relação aos possíveis nomes do PMDB à presidência, ou a indicação de Ulysses Guimarães, Quéricia voltou a dizer que "nomes, só depois de promulgada a Constituição". No sábado ele negou que tivesse feito um acordo com o presidente Sarney para apoiar Ulysses Guimarães. Disse que conversaram sobre vários nomes, que Ulysses era um "candidato natural", mas que existiam outros postulantes também.

Quéricia está convencido de que acima de tudo está a Constituinte: "Todas as outras questões são secundárias se levarmos em conta a importância de apressar a Constituição".

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), voltou a considerar ontem, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, como candidato natural do PMDB na sucessão presidencial, embora assinalasse ser prioritária a elaboração da Nova Constituição antes de se discutir esse assunto. Outros parlamentares que, como Ibsen, estiveram na reunião na casa de Ulysses para discussão de emendas ao projeto de Constituição, acreditam na candidatura do deputado, mas apontaram alguns nomes que podem acirrar a disputa.

Para o deputado Ibsen Pinheiro, o fato de ainda não ser o momento para definições de nomes não prejudica a visão de que Ulysses seria o melhor candidato. "Ele é o principal fator de unidade do partido e significa um compromisso com o processo democrático diante da população brasileira", disse o deputado, observando que a sociedade ainda não compreendeu o sacrifício que, segundo ele, Ulysses Guimarães vem fazendo para sustentar o processo de transição.

"Vai ser difícil batê-lo", disse o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que também vê no nome de Ulysses "o melhor em termos de imagem do partido". Mesmo afirmando que "não se deve especular sobre nomes por enquanto", ele lembrou que o deputado poderá encontrar um forte adversário no governador de São Paulo, Orestes Quéricia. "Até agora, ele diz que apoia o doutor Ulysses, mas devemos lembrar que Quéricia está à frente de um Estado com peso econômico e político", ponderou.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) foi outro que lembrou ser o deputado Ulysses Guimarães o candidato histórico do partido, mas também apontou nomes como os dos



Sucessão: para o PMDB só existe o nome de Ulysses.

senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas e do ex-governador Franco Montoro como possíveis candidatos que viriam acirrar a disputa dentro do PMDB. "A soma do prestígio de todos vai eleger um nome na convenção do partido e esse nome, tenho certeza, vai ser apoiado por todos", concluiu Fogaça.

Caído contra

"A saída para o Brasil está no presente". Com esta frase, o presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, definiu o que pensa da candidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da Re-

pública. Sua expectativa é de que, "no momento oportuno", surjam os candidatos, "que devem nascer das reais pretensões da sociedade brasileira". A propósito, fez uma comparação com Vila Velha (ES), onde o PT acaba de conquistar a prefeitura: "Os candidatos que surgiram não tinham nada a ver com os anseios da sociedade e, diante disso, no fim, o mosquito foi eleito".

Ronaldo Caiado fez essas declarações sábado último, em Jaboticabal, onde foi patrono dos formandos em zootecnia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, da Unesp. "Essa distinção" — disse no discurso — "que muitos almejam e poucos alcançam, não visa a minha pessoa, mas quem está à frente de uma entidade que mostrou a força da classe produtora rural, que tem sido sempre o sustentáculo da economia do País".

O presidente da UDR aconselhou os formandos a nunca abrir mão de sua liberdade, "não a liberdade de aderir e dizer amém", explicou. "Para existir democracia, é preciso existir homens livres e independentes." Falou da administração pública, "inefcaz e corrupta", contra a qual "todos devemos nos insurgir". Dentro dos "novos ares da democracia", que espera, entende que a classe produtora rural precisa ser respeitada. "Hoje, ela tem sido agredida pelos que defendem uma reforma agrária confiscatória e estatizante."

Em entrevista, Ronaldo Caiado voltou a afirmar que o Centrão resgatou a democracia na Constituinte, "acendendo uma luz no fundo do túnel". Indagado se, tal como as lideranças do Centrão, defende cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, respondeu que "a UDR não discute regime de governo nem tempo de mandato".

casos de demissão sem justa causa e, nos casos de força maior, de indenização na forma da lei. O texto da Comissão de Sistematização prevê a garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em contrato a termo, nas condições e prazos da lei; falta grave, definida em lei; ou justa causa, baseada em fato econômico intransponível, fato tecnológico ou infortúnio da empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho.

Emendas do PMDB

O PMDB combaterá com firmeza as emendas propostas pelo Centrão ao texto da Constituinte, principalmente a estabilidade

definitiva aos funcionários públicos com mais de cinco anos de exercício na função e a censura a textos que ataquem os "valores cívicos", segundo declarou o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), ao sair de uma reunião entre as principais lideranças do PMDB, na casa do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, ontem, em Brasília.

No encontro, o PMDB definiu parte das cerca de 40 emendas que apresentará à Constituinte até o dia 13, quarta-feira. Brito disse que "o projeto Cabral, em linhas gerais, se ajusta às reivindicações do PMDB", e que o partido não deve apresentar emen-

das aos itens saúde, comunicação, meio ambiente e reforma agrária. Um dos pontos mais importantes da reunião tratou do conceito de empresa nacional, que deverá seguir a linha do projeto Cabral.

As emendas dos constituintes do PMDB deverão estar relacionadas a: estabilidade no emprego; transferência de rendas para os estados e municípios; voto distrital e misto; conceito de empresa nacional; política urbana; e direitos sociais. Brito disse que o partido não definiu posição a respeito do sistema de governo e mandato presidencial devido à dificuldade de se obter consenso sobre esses pontos.

A imprensa retrata a profunda irritação popular, neste início do ano, com a voracidade irracional dos governos em todos os seus escalões.

O governo federal afiou os dentes do Leão, estimulou seu apetite e distarcou a fera com o sorriso indefinido de uma Mona Lisa, como fica bem a um animal que se prepara para o golpe contra a vítima.

E se alguém duvidar, com toda essa estufante euforia de publicidade oficial, a fera ainda aparecerá, em qualquer desses anúncios, saudando com suas garras mal disfarçadas brasileiras e os brasileiros no longo percurso da Ferrovia Norte-Sul (e por que não sul-norte?), cujas obras já estão em caminho com recursos orçamentários poderosos.

E não nos esqueçamos de que o pagamento dos tributos que incidem sobre os veículos já não obedecem ao final das placas. O governo quer o dinheiro já, no primeiro mês do ano, e quem não desejar atende-lo nessa pretensão terá de pagá-los até março, com acréscimos.

A população já não se alimenta de ilusão, nem acredita em declarações oficiais. Assim, quando o ministro Aureliano Chaves, na quinta-feira passada, declarava que não haveria, por enquanto, aumento da gasolina, muitos correram aos postos ainda abertos para encher o tanque. E em caminho ouviam a informação que contraditava o ministro.

Por sua vez, os Estados, quase em geral, estão mergulhados num carnaval de elogios, pagos com tanto dinheiro que daria

para consagrar qualquer obra administrativa.

Mas o grave é que esse enorme volume de recursos dirigidos à propaganda pessoal sai de empresas responsáveis pelos serviços de água, gás, luz, etc.

Todos sabem que a taxa se distingue do imposto porque, enquanto aquele é geral, esta alcança apenas os consumidores de serviços específicos. Esses consumidores devem pagar pela utilização ou consumo dos serviços, calculados seus custos à base das despesas de produção. Ora, com o pagamento de publicidade desnecessária para tais serviços (exceção feita a determinadas divulgações, como os editais de concorrência), mas de interesse pessoal dos governantes, as altas somas investidas vão somar-se às despesas reais de custeio.

Afinal, obtém-se um custo altíssimo que vai sobrecarregar indevidamente o consumidor. E qualquer recurso ao Judiciário esbarra numa realidade: o rateio do custo está formalmente perfeito e traduzido na taxa. Os critérios de distribuição dessa publicidade desnecessária, inclusive quanto a outras empresas estatais, obedecem a condicionamentos que vão da omissão da mídia até a chamada publicidade redacional, preparada para enganar o leitor, como se fosse noticiário comum. (Uma sorte quando se pode pelo menos articular um desabafo como este.)

Por isso, no quadro das condições econômicas da liberdade de informação, não se pode excluir, entre seus fatores, a importante pressão que exerce a publicidade com

Freitas Nobre

Um remédio para o IPTU: a Constituinte.

estas características. Se chegarmos à área municipal, a ação dos Executivos confunde-se com a imoralidade administrativa e política, com a barganha dos poderes que deviam ser independentes. E a verdade é que estes emergem indiferentes ao mar de lama de uma corrupção institucionalizada através do contúbulo propiciado pelos favores que vão do dinheiro vivo às sinecuras. A extorsão tributária, com porcentagens tão monstruosas sob a desculpa de "atualização", configura um assalto que começa com a revisão dos valores venais dos imóveis sobre os quais, em consequência, incidem novas alíquotas. Conferimos carnês de impostos que passaram de 16.000 cruzados para 74.000, ou de 12.900 para 76.200, ou, ainda, de um subsolo utilizado para estacionamento que saltou de 45 mil para 250 mil. E, à noite, ainda assistimos a uma costureira aposentada mostrando seu imposto fixado em 87.000 cruzeiros!

Os municípios paulistanos estão descontrolados, e aqueles com os quais conversamos este fim de semana, dizem que não iriam pleitear o parcelamento de 8 meses. No parcelamento de 3 meses, uma das parcelas é paga à vista, mas sobre elas incide um acréscimo de 20% aproximadamente. Num prazo maior, o contribuinte pagará mais que o dobro do tributo.

Sensibilidade tinha Maurício de Nassau, que em documento datado de 5 de maio de 1644, no Recife, ensinava tão bem quanto Maquiavel: "Devem V. Sas. abster-se de lançar novos impostos, pois os tributos geram indignação no povo. O povo é um rebanho de carneiros e que se tosquiam, mas, quando a tosquia vai até a carne, produz infelizmente dor e, como esses carneiros racionais, por isso mesmo se convertem muitas vezes em terríveis alimárias".

Mas, a grande pergunta que se faz é: — E não haverá uma forma de escapar ao assalto? Afinal, há ou não uma solução possível para impedir a fome pantagruélica dos governos que relembram a figuração de Ignácio Silone: um braço longo e forte para arrecadar os tributos e um bracinho curto e raquítico para distribuir os benefícios.

Conversamos com alguns parlamentares e a eles levamos uma sugestão que poderá ser aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, a qual, com sua soberania, poderá restringir as majorações de tributos a níveis compatíveis com as possibilidades do contribuinte.

E se não quiser a Assembleia Constituinte desviar-se de sua missão específica,

DESTAQUE POLITICO

O candidato do PMDB pode ser com ou sem Sarney, mas tem de ser a favor do povo.

Francisco Monteiro, ex-governador.

Cardoso Alves: oito semanas de cama.

Apesar de ter se mantido em cadeira de rodas durante os últimos dez dias, desde que sofreu uma queda de cavalo, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos coordenadores do Centrão, voltou a sentir fortes dores e foi internado, no último sábado, no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. Por recomendação do médico ortopedista Aloisio Campos da Paz, Cardoso Alves deverá permanecer imobilizado, na cama, durante as próximas oito semanas. No hospital, a informação é de que as visitas estão proibidas ao deputado — "que precisa ficar isolado para descansar". Ontem, porém, Cardoso Alves recebeu em seu quarto o governador de Brasília, José Aparecido, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Eleições: desejo e temor do ministro.

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, defende a realização de eleições que, segundo ele, são um "componente indispensável no processo democrático". Mas não está convencido de que eleições em 1988 operem o milagre da retomada do nível de investimento no País. "Temo que em ano eleitoral ninguém invista. E ninguém conseguirá governar este País", disse ele, no último sábado, quando visitava a Universidade Metodista de Piracicaba. Pazzianotto ressaltou ainda sua decepção com a morosidade dos trabalhos na Constituinte. E, quanto ao novo texto, admitiu que não seria prudente a nova Carta apontar para áreas carentes com soluções instantâneas: "Bas-tam as experiências anteriores, que só provocaram frustrações".

ARMAS

Helicópteros: concorrência.

Até o início de fevereiro o Exército brasileiro definirá o nome da empresa que fornecerá 52 helicópteros para a formação do Batalhão de Aviação. A encomenda é estimada em mais de 100 milhões de dólares e inclui o fornecimento de peças de reposição por dois anos, treinamento de pilotos e mecânicos, além de um corredor para material de suprimento e reposição.

Duas das empresas que entraram na concorrência já foram eliminadas na semana passada por não preencher os pré-requisitos técnicos — a Augusta, da Itália, e a Centrul, da Romênia. Uma surpresa, já que as empresas italianas desfrutam de ótimas relações no Ministério da Aeronáutica. A Centrul, por sua vez, oferecia ao governo brasileiro a possibilidade de pagar os aparelhos com trocas comerciais, basicamente minério de ferro — o que para um país com déficit de dólares é sempre tentador. Mas é quase certo que a decisão de não fazer negócio com a Romênia, um país do bloco comunista, foi tomada pelo Conselho de Segurança Nacional.

(Há mais de seis anos, a Companhia Cacique de Café Solúvel se propôs a montar uma linha de fabricação de tratores com tecnologia europeia-oriental. E havia motivos para isso: depois de alguns anos vendendo café à URSS, os laços comerciais entre os participantes estavam muito fortes. O negócio estava quase concluído, faltando apenas a autorização da Presidência da República que, depois de ouvir o Conselho de Segurança, rejeitou.)

Agora, na concorrência para a compra dos 52 helicópteros, restam quatro grandes grupos: Messerschmidt Bolkow, Bell Textron, United Technologies-Sikorsky Corporation e Consórcio Aerospaciale-Helibrás-Engesa. De todos, o último é o único que dispõe de instalações para produzir ou montar os helicópteros em território nacional. Todavia, a história da associação Helibrás-Aerospaciale já foi alvo de denúncias do deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), que se associou ao então presidente da Comissão Interministerial de Estudos sobre Política de Helicópteros no Brasil, o atual ministro José Hugo Castelo Branco.

Segundo Aguiar, o ministro, que já havia sido diretor da Helibrás, estaria fazendo com que o governo brasileiro se associasse à Aerospaciale para a construção de uma indústria de helicópteros com participação estatal. Na época, o ministro desmentiu, mas a comissão foi desfeita após o Ministério da Aeronáutica declarar que não havia mercado nacional e internacional para comprar a produção de helicópteros. Assim, o Exército brasileiro, que demonstrava interesse em adquirir um lote de 52 helicópteros, lançou um edital de licitação em 26 de agosto de 1987.

poderia o Congresso ordinário aprovar projeto de lei que refreasse com índices precisos a ganância fiscal.

Não existe qualquer dificuldade para aprová-lo, como já ocorreu no caso dos empréstimos para estados e municípios, da homologação de embaixadores. Aprovação do orçamento da União ou, após a pressão popular, a proibição da pesca da baleia.

Três simples artigos poderiam pôr fim a esse assalto contra o município: "Art. 1. Nenhum imposto, taxa ou emolumento poderá ser aumentado ou atualizado em índice superior ao adotado para o piso salarial; Art. 2. — A desobediência ao disposto no artigo 1.º tipifica o crime de responsabilidade da autoridade que proponha ou sancione lei que contrarie este dispositivo; Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário".

Se as lideranças partidárias ou a Mesa da Constituinte decidissem apresentar e aprovar este projeto, requerendo para ele a urgência regimental, poderíamos ter uma solução imediata, ou seja, até mesmo num prazo de dez dias, como já ocorreu em outras oportunidades.

Observem os constituintes o limite da paciência popular.

Na praça da Sé, na tarde da última sexta-feira, os populares (decerto, muitos deles inquilinos que pagam o imposto com o aluguel) jogavam moedas no chapéu de palha do repentinista. Este mesclava as quadras de condenação do IPTU, tão rico de rima pobre, com o apelo nordestino característico: "PADRE CIÇO/MEU PADRINHO/ASSIM APELO PRA TU/ARRUMA O MEU CAMINHO/ E SALVA-ME DO IPTU".